



CNPJ N° 33.608.308/0001-73

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Mongeral AEGON Seguros e Previdência S/A tem a satisfação de apresentar aos seus clientes,

Seguindo seu planejamento estratégico, a Mongeral AEGON dedicou esforços e investimentos no relacionamento com seus parceiros comerciais, desenvolvimento de seus recursos humanos e excelência na prestação de serviços. Desenvolveu ainda estratégias específicas para o aumento expressivo das vendas e arrecadação, crescimento do número de corretores ativos, consolidação das parcerias comerciais existentes, criação de novas parcerias e canais de distribuição, desenvolvimento de novos produtos e soluções, fidelização de clientes, além do contínuo

investimento em técnologia e processos. Em 2012, a Companhia intensificará seus investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos, buscando níveis ainda mais elevados na prestação de serviços aos seus clientes e parceiros comerciais

Em 2011, a Mongeral AEGON atingiu resultado expressivo em vendas (1ª mensalidade de novos planos de seguros

de vida), principalmente de planos individuais, ficando 33% acima do observado em 2010. O crescimento de 20% das Receitas Brutas de Prêmios e Contribuições e de 35% das Provisões Técnicas líquidas de resseguro, que atingiram R\$ 487 milhões e R\$ 294 milhões respectivamente, demonstra o sucesso alcançado

nas estratégias de expansão e solidificação das operações da Mongeral AEGON. As Despesas Administrativas cresceram 17% relativamente a 2010, como resultado dos fortes investimentos em expansão e em qualidade de serviços. O Resultado Operacional antes de Despesas Administrativas cresceu 8%

O Lucro Líquido de R\$ 10,8 milhões, 18% inferior a 2010, foi consequência principalmente da alteração do método de provisionamento das ações relacionadas a sinistros e benefícios onde a Companhia passou a adolar percentuais baseados em sua experiência histórica para cada classificação de probabilidade de perda. O impacto da adoção

foi um aumento de R\$ 9,5 milhões no provisionamento das ações relacionadas a sinistros e benefícios. O Lucro Líquido sem o efeito da alteração seria de R\$ 16,5 milhões.

A Administração entende que o procedimento atual confirma a vocação da Companhia na adoção das melhores práticas e confirma a solidez cada vez maior da Mongeral AEGON. Como consequência dos resultados alcançados e da contínua capitalização da Companhia, o Patrimônio Líquido

fechou o exercício em R\$ 128,1 milhões. Novos produtos, parcerias e segmentos de atuação

cyan magenta amarelo preto

Além de investir fortemente na ampliação de seus canais de distribuição, a Mongeral AEGON investe também na ampliação de seu portfólio de produtos e atendimento aos diferentes segmentos de mercado. Para isso, em 2011, a Companhia lançou seus próprios produtos de PGBL e VGBL e comercializou produtos específicos para o segmento de alta renda, importando os conceitos de subscrição médica e avaliação de risco individual, permitindo a melhor classificação do risco, resultando em forte benefício de custo para os clientes.

**Tecnologia da Informação**Dando continuidade ao desenvolvimento do sistema integrado de negócios (Sistema eSIM), que suportará todas as operações atuais e futuras da Mongeral AEGON, foram investidos recursos humanos e finánceiros no projeto para a finalização de diversos módulos que serão implantados durante o ano 2012.

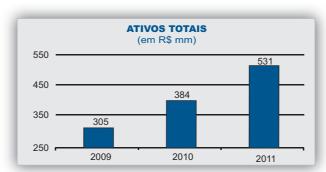
Governança Corporativa Foram adotadas as medidas necessárias à prevenção e combate à fraude e à lavagem de dinheiro. Investimentos adicionais foram realizados para o fortalecimento do departamento de Compliance. Novos Recursos foram investidos em 2011, especificamente para fortalecimento de controles, processos e redução de riscos. Os projetos e investimentos estão sendo conduzidos com a participação direta da AEGON.

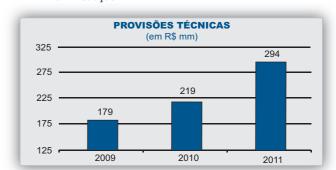
Declaração Em atendimento à Circular SUSEP n° 424 de 29 de abril de 2011, a Mongeral AEGON declara sua capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

Agradecimentos
A Mongeral AEGON Seguros e Previdência S/A agradece aos seus funcionários, parceiros comerciais e corretores pela dedicação e desempenho, aos seus clientes pela confiança aos seus acionistas e à SUSEP pelo apoio dispensado.

A Administração







	BALANÇOS PATRIMONIAIS EM :	31 DE DEZEMB
ATIVO	2011	2010
Circulante	274.175	201.117
Disponível	2.010	1.544
Caixa e bancos	2.010	1.544
Aplicações (Nota 6)	189.151	135.363
Créditos das operações com seguros e resseguros	<u>19.504</u>	<u> 11.561</u>
Prêmios a receber (Nota 8)	10.213	7.203
Operações com seguradoras (Nota 8)	205	265
Operações com resseguradoras	7.655	3.165
Outros créditos operacionais (Nota 8)	1.431	928
Créditos das operações com previdência complementar	<u>26.603</u> _ 14.883 _	17.892 13.633
Valores a receber (Nota 8)	10.591	3.821
Créditos de resseguros Operações com repasses (Nota 8)	1.129	438
Ativos de resseguro - provisões técnicas	4.478	3.150
Títulos e créditos a receber	19.743	18.583
Títulos e créditos a receber	1.267	1.444
Créditos tributários e previdenciários (Nota 19)	15.691	14.184
Outros créditos	2.785	2.955
Adiantamentos a funcionários	772	392
Adiantamentos administrativos	753	460
Outros	1.260	2.103
Outros valores e bens	488	506
Outros valores	488	506
Empréstimos e depósitos compulsórios	21	10
Despesas antecipadas	1.091	526
Custos de aquisição diferidos	11.086	11.982
Seguros (Nota 13)	6.546	4.393
Previdência (Nota 12)	4.540	7.589
Ativo não circulante	<u>251.577</u>	180. <u>527</u>
Realizável a longo prazo	<u> 183.865</u>	<u> 118.703</u>
Aplicações (Nota 6)	120.988	<u>97.762</u>
Créditos das operações com seguros e resseguros	<del>-</del>	28
Operações com resseguradoras		28
Crédito das operações com previdência complementar	<u>632</u> _	444
Créditos de resseguros	632	444
Ativos de resseguro - provisões técnicas	298	1.718
Títulos e créditos a receber	<u>47.496</u> _	10.303
Títulos e créditos a receber	1 38.412	1 040
Créditos tributários e previdenciários (Nota 20)	9.083	1.940 8.362
Depósitos judiciais e fiscais Empréstimos e depósitos compulsórios	25	10
Custos de aquisição diferidos	14.426	8.438
Seguros (Nota 14)	9.220	5.800
Previdência (Nota 13)	5.206	2.638
Investimentos	17.817	23.531
Participações societárias	962	171
Imóveis destinados a renda (Nota 9)	16.855	23.360
Imobilizado (Nota 10)	16.206	12.683
Imóveis de uso próprio	7.717	6.077
Bens móveis	7.118	6.483
Outras imobilizações	1.371	123
Intangível (Nota 11)	33.689	25.610
Ágio na transferência de carteira	5.549	9.466
Outros intangíveis	28.140	16.144
Total do ativo	525.752	381.644
	As notas explicativas	são parte integra

MBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de <u>reais)</u> **PASSIVO** 2011 2010 Circulante 187.578 38.714 18.071 Contas a pagar 43.405 Obrigações a pagar (Nota 12) 21.568 Impostos e encargos sociais a recolher 5.036 4.939 Encargos trabalhistas 2.468 Empréstimos e financiamentos (Nota 16) 883 1.059 Impostos e contribuições 12.282 12.177 Débitos de operações com seguros e resseguros 9.267 69 <u> 19.140</u> Operações com seguradoras 49 Operações com resseguradoras 13.139 5.570 Corretores de seguros e resseguros 3.004 5.132 Outros débitos operacionais 820 624 Débitos de operações com previdência complementar 16.757 14.976 8.430 1.347 Operações de resseguros 9.023 Operações de repasses 1.458 Outros débitos operacionais 6.276 5.199 Depósitos de terceiros 2.791 Depósitos de terceiros 2.845 2.791 Provisões técnicas - seguros (Nota 14) 68.194 Danos 12.205 5.235 17.662 Pessoas 26.946 Vida individual 10.297 13.633 Vida com cobertura por sobrevivência 18.746 1.283 Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 13) 37.237 <u> 29.470</u> 213 29.001 Planos bloqueados 962 35.989 Planos não bloqueados PGBL/PRGP 286 256 Passivo não circulante 164.125 210.092 Contas a pagar 8.081 Obrigações a pagar 1.000 791 Tributos diferidos (Nota 20) 855 Empréstimos e financiamentos (Nota 16) 1.063 7.290 Débitos das operações com previdência complementar 1.681 Débitos de resseguros 1.681 Provisões técnicas - seguros (Nota 14) Danos 14.272 17.847 2.374 Pessoas 4.835 Vida individual 20.760 39.831 Vida com cobertura por sobrevivência 22.870 Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 13) 97.382 136.274 2.406 110.149 Planos bloqueados Planos não bloqueados 96.445 PGBL/PRGP 784 23.719 Outros débitos 3.000 2.092 Provisões judiciais (Nota 17) 128.082 60.188 Patrimônio líquido (Nota 18) Capital social Reservas de Capital 35.815 8.003 Reservas de reavaliação 2.391 30.348 16.480 Reservas de lucros Ajustes com títulos e valores mobiliários (660)(183)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EN 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por açã					
	2011	2010			
Prêmios emitidos líquidos	213.903	160.329			
Contribuições e prêmios para cobertura de riscos	229.633	213.387			
Variação das provisões técnicas	(15.289)	(6.211)			
Prêmios ganhos	428.247	367.505			
Sinistros ocorridos (Nota 21)	(135.532)	(114.379)			
Custos de aquisição (Nota 21)	(56.169)	(54.010)			
Outras receitas e despesas operacionais	(1.016)	986			
Resultado com operações de resseguro (Nota 21)	(32.488)	(25.905)			
Rendas de contribuições e prêmios	13.193	1.896			
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(5.170)	938			
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL	8.023	2.834			
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	3.361	3.856			
Variação de outras provisões técnicas	(19.797)	(8.048)			
Custos de aquisição (Nota 21)	(39.067)	(28.593)			
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 21)	791	(185)			
Despesas administrativas (Nota 21)	(121.803)	(104.405)			
Despesas com tributos (Nota 21)	(15.064)	(13.233)			
Resultado financeiro (Nota 21)	11.053	11.275			
Resultado patrimonial (Nota 21)	(3.526)	(3.917)			
Resultado operacional	27.013	33.781			
Ganhos com ativos não correntes (Nota 9)	1.495	<u>(1</u> )			
Resultado antes dos impostos e participações	28.508	33.780			
Imposto de renda (Nota 20)	(6.252)	(6.438)			
Contribuição social (Nota 20)	(3.932)	(4.084)			
Participação sobre o resultado	(7.496)	(10.002)			
Lucro líquido do exercício	10.828	13.256			
Quantidade de ações	15.895.432	15.895.432			
Lucro líquido por ação (em R\$)	0,68	0,83			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações f	inanceiras.				
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)					

Quantidade de ações	13.033.432	13.033.432
Lucro líquido por ação (em R\$)	0,68	0,83
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações	financeiras.	
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares		os
	2011	2010
Resultado líquido do exercício	10.828	13.256
Outros resultados abrangentes		
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(795)	1.344
Imposto de renda e contribuição social sobre		
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	318	(538)
Realização da reserva de reavaliação	5.612	97
Alienação de terreno (Nota 9)	5.515	-
Outras	97	97
Resultado abrangente total	15.963	14.159
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações	financeiras.	

Ajustes com títulos e valores mobiliarios  Total do passivo e do patrimônio líquido	(660) 525.752	( <u>183</u> ) 381.644
• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	323.732	301.044
rante das demonstrações financeiras.		
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS	FINDOS	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de re		
	2011	2010
Atividades operacionais		
Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e	)	
outras	452.825	357.555
Recuperações de sinistros e comissões	12.405	8.061
Outros recebimentos operacionais (ressarcimentos e outros)	30.647	43.521
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(200.434)	(166.024)
Repasses de prêmios por cessão de riscos	(25.069)	(22.348)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(14.977)	(13.205)
Pagamentos de despesas e obrigações	(132.389)	(112.431)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(9.825)	(9.109)
Outros pagamentos operacionais	(29.434)	(40.220)
Constituição de depósitos judiciais	(493)	(1.125)
Resgates de depósitos judiciais	(1.320)	861
Pagamentos de participações nos resultados	<u>(4.450</u> )	
Caixa gerado pelas operações	77.486	42.393
Impostos e contribuições pagos	(25.607)	(21.066)
Juros pagos Investimentos financeiros	(115)	(124)
Aplicações	<u>(46.671)</u>	(9.261)
' '	(271.891)	(135.930)
Vendas e resgates Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>225.220</u> 5.093	126.669 11.942
Atividades de investimento	5.093	11.942
Pagamento pela compra de ativo permanente	(15.242)	(7.833)
Imobilizado	(3.723)	(1.372)
Intangível	(11.519)	(6.461)
Recebimento pela venda de ativo permanente	8.000	280
Investimentos	8.000	280
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(7.242)	(7.553)
Atividades de financiamento	(	(1.000)
Aquisição de empréstimos	5.527	594
Pagamento de empréstimos	(3.022)	(5.298)
Outros	` 110 <sup>′</sup>	
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamento	2.615	(4.704)
Aumento (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa	466	(315)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.544	1.859
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.010	1.544
Conciliação entre lucro líquido e caixa líquido gerado nas atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	10.828	13.256
Ajustes para conciliar o resultado com o valor das disponibilizadas geradas	822	2.080
Depreciações e amortizações	2.317	2.126
Lucro na venda de imobilizado	(1.495)	(46)
Variações nos ativos e passivos	(6.557)	(3.394)
Variação das aplicações	(77.014)	(50.117)
Variação dos créditos das operações de seguros, resseguros e previdência	(40.700)	(0.000)
complementar	(16.722)	(8.238)
Variação de títulos e créditos a receber	(4.163)	(9.466)
Variação dos custos de aquisição diferidos e outros ativos	(6.080)	(4.428)
Variação de contas a pagar Variação dos débitos das operações de seguros, resseguros e previdência	7.237	21.281
complementar	9.974	3.116
Variação de depósitos de terceiros	5.574	1.037
Variação de depositos de terceiros Variação das provisões técnicas	79.725	42.132
Variação das provisões tecinicas Variação de outros débitos de provisões judiciais	909	483
Variação de ajustes <i>MTM</i> de aplicações classificadas como "disponível para venda"	(477)	806
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	5.093	11.942
·		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financ	enas.	





(477)

(660)

5.515

10.828

(542)

(2.572)

(13.326)

(477)

10.828

(2.572)

128.082

seguros e previdência

# **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.**

CNPJ N° 33.608.308/0001-73

#### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais) **Aumento capital** Reservas de Lucros Capital social em aprovação capital Ajuste TVM acumulados Total Saldos em 31 de dezembro de 2009 50.196 9.992 8.100 (989)70.426 Aumento de capital (Nota 18) 9.992 (9.992)Reserva de reavaliação (97)97 Realização por depreciação (97) 97 Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda 806 806 Lucro líquido do exercício 13.256 13.256 Proposta para distribuição do resultado Constituição de reserva 663 (663)Retenção de lucros 12.690 (12.690)Saldos em 31 de dezembro de 2010 60.188 8.003 (183)84.488 Incorporação da AEGON Brasil Holding Ltda. (Nota 18) 35.815 35.815 Reserva de reavaliação (5.612)5.612 Realização por depreciação Alienação de terreno (Nota 9) (97)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

35.815

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

Contexto operacional

Reserva legal

Lucro líquido do exercício

Reserva legal

Constituição de reserva:

Dividendos propostos

Retenção de lucros

Proposta para distribuição do resultado

Saldos em 31 de dezembro de 2011

Perda não realizada nos títulos disponíveis para venda

A Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A.("Mongeral" ou "Seguradora") é uma sociedade de capital fechado, com sede no Brasil e matriz domiciliada na Travessa Belas Artes, 15 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, que tem como objeto operar seguros de pessoas e planos de previdência privada em todo o território nacional. Aprovada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP -, sua transformação em uma seguradora de vida e previdência foi publicada no Diário Oficial da União em 07 de abril de 2004, através da Portaria do Ministério da Fazenda n° 69. Pela Portaria n° 3.248, de 20 de maio de 2009, a SUSEP aprovou o acordo de *joint venture* entre a Mongeral e a AEGON Brasil Holding Ltda., que passou a participar em 50% do capital da Seguradora.

60.188

Em 18 de maio de 2011, a SUSEP aprovou através da Portaria nº 4.002, a incorporação da AEGON Brasil Holding Ltda. pela Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A. A incorporação para as demonstrações financeiras ocorreu em 07 de julho de 2011, de acordo com o arquivamento da ata de Reunião de Sócios da AEGON Brasil Holding Ltda. e da ata da AGE da Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A. na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 07 de julho de 2011. O impacto da incorporação na Mongeral AEGON foi um aumento do patrimônio líquido da Companhia em R\$ 35.815 relativos aos beneficios fiscais diferidos gerados pela amortização do ágio existente anteriormente na incorporada, pela aquisição da participação societária na incorporadora

2. Base de preparação das demonstrações contábeis
As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Administração em 13 de fevereiro de 2012.
As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) vigentes em 2011, e estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas, instituído pela Circular SUSEP n° 424 de 29 de abril de 2011.

Esta Circular prevê que as sociedades e entidades supervisionadas pela SUSEP deverão, a partir de 1º de janeiro de 2011, elaborar as demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

AAdministração avaliou a habilidade da Seguradora em continuar operando normalmente e está convencida de que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. b) Base para mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico. com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

➤ Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

➤ Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; e

Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

Conforme permitido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Seguradora aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil aos seus contratos de seguro, de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis (Nota 4).

c) Moeda funcional e de apresentação A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a

Companhia opera. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional da data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional útilizando a taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço. As diferencas decorrentes da conversão são lançadas diretamente contra o resultado do período d) Adoção inicial dos CPCs

u) ruoçao inicial dos CECS Em todos os períodos anteriores, incluindo o ano fiscal em 31 de dezembro de 2010, a Seguradora preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 são as primeiras preparadas de acordo com todas as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC conforme previsto pela Circular SUSEP nº 424 do abril de 2011 424 de 29 de abril de 2011.

Desta forma, a Seguradora preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2011, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2010, data de transição para os CPCs. Esta nota explica os principais ajustes efetuados pela Seguradora para republicar o

balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010. O CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade permite algumas isenções na aplicação dos requerimentos das normas internacionais em áreas específicas onde o custo de geração de informações pudesse exceder os benefícios aos usuários das demonstrações financeiras iniciais. A Seguradora aplicou as seguintes isenções:

Contratos de seguros - a Seguradora aplicou as disposições transitórias do Pronunciamento Técnico CPC 11 -Contratos de Seguro, que restringe mudanças em políticas contábeis para contratos de seguro, incluindo aquelas

feitas por um adotante pela primeira vez;

Custo atribuído - A Seguradora não adotou o custo atribuído conforme a Interpretação Técnica ICPC 10 -Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronuncia Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, pelo fato dessa adoção estar expressamente proibida pela Circular SUSEP 424/11. Também proíbe a aplicação retrospectiva de certas normas contábeis do IFRS em algumas áreas, em especial naquelas em que o julgamento da Administração da Seguradora sobre as condições do passado e após o conhecimento de transações já ocorridas fosse necessário. A única exceção aplicável à Seguradora refere-se às estimativas, as quais devem ser consistentes com as estimativas feitas para a mesma data pelos critérios contábeis anteriores, a menos que exista evidência objetiva de que essas estimativas estavam erradas, o que não foi o caso. A Seguradora não apresentou qualquer impacto em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção inicial dos CPCs, razão pela qual não está sendo apresentado o balanço patrimonial na data de transição em 1º de janeiro de 2010, exceto por algumas reclassificações requeridas pela Circular SUSEP nº 424 de 29 de abril de 2011, conforme demonstrado abaixo:

Saldos

Balanço patrimonial em 31/12/2010 Operações com resseguradoras Ativos de resseguro - provisões técnicas	originalmente apresentados 6.315	Reclassificações (3.150) 3.150	<b>Saldos ajustados</b> 3.165 3.150
Demonstração do resultado em 31/12/2010	Saldos originalmente apresentados	Reclassificações	Saldos aiustados
Sinistros ocorridos Prêmios resseguros cedidos Contribuição e prêmios para cobertura de riscos Resultado com resseguro	(115.538) (30.393) 213.804	(5.567)	(121.105) 9 214.874 (25.905)

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis da Seguradora estão demonstradas a seguir:

a) Disponível ncluem caixa e saldos positivos em contas correntes

b) <u>Ativos financeiros</u>
A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A sua classificação a cada data de balanço. A Seguradora classifica seus ativos financeiros conforme as categorias segundo CPC 38:

i) Mensurados ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecida inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações no valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do exercício. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título. Os ajustes diários, positivos ou negativos, das operações no mercado futuro de taxa de juros e índice IBOVESPA são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica "Receitas financeiras ou Despesas

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações no "mercado futuro" estão alocados em um fundo de investimento especialmente constituído, sendo os mesmos avaliados a mercado

ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento Ós ativos financeiros mantidos até o vencimento são avaliados inicialmente pelo valor de aquisição (valor justo), acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras. A Seguradora devé ter a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. iii) Ativos disponíveis para venda; e

A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados em uma das outras três categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como saldo de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros deduzidos da Provisão de redução ao valor recuperável (impairment). Na prática são normalmente reconhecido ao valor faturado através da emissão da

apólice, ajustado pela provisão para impairment, se necessário. c) Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro Á Seguradora classifica como contratos de seguro todas as apólices e contratos das modalidades dos ramos de acidentes pessoais coletivos, vida em grupo, prestamista, renda de eventos aleatórios, acidentes pessoais individuais, DPVAT, vida individual e perda de certificado de habilitação. Os prêmios, as contribuições e os custos de aquisição diferidos são registrados quando da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos respectivos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

As operações realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. d) Ativos e passivos de resseguros

542

13.326

30.348

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e a longo prazo (incluindo a estimativa da parcela de sinistros ocorridos e não avisados). Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de ressegúro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos.

A Seguradora analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente no mínimo a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do exercício. Atualmente, não foi verificada a necessidade de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de resseguro da Seguradora. e) Passivos de seguro

Seguradora utilizou as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e conversão das demonstrações contábeis aplicando as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como: (i) teste de adequação de passivos, (ii) teste de valor recuperável de ativos de resseguro, (iii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, dentre outras políticas aplicáveis.

Adicionalmente, a Administração não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência na avaliação

de contratos de seguro segundo a sua prática contábil anterior.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP, são constituídas de acordo com as determinações do CNSP nº 162 de 26 de dezembro de 2006 e 181 de 17 de dezembro 2007, da SUSEP e suas atualizações, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA): Seguros

Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)

(5.515)

2.391

A provisão de prêmios não ganhos é constituída pelas parcelas de prêmios, correspondente aos períodos de riscos a decorrer, calculada pelo método "pro rata die", de acordo com as normas da SUSEP para os seguros de pessoas. A provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos, mas ainda não emitidos e é calculada com base em nota técnica atuarial

► Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A provisão de sinistros a liquidar para seguros de pessoas corresponde à melhor estimativa da Seguradora do valor a ser pago, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanco e atualizada monetariamente nos termos da legislação em vigor para os planos de seguros de pessoas. Nesta provisão também são contemplados os valores resultantes de demandas judiciais.

Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados è constituída conforme nota técnica atuarial, com base na experiência histórica entre as datas de ocorrência e de aviso dos sinistros, de acordo com a legislação vigente. Também devem ser considerados nesta provisão os valores estimados pela Seguradora referentes às demandas judiciais. Para os ramos que a seguradora não dispõe de experiência suficiente para sua avaliação o IBNR é constituída com base nos percentuais definidos pela Circular SUSEP nº 283 de 24 de janeiro de 2005. ► Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP)

A provisão de insuficiência de prêmios é calculada com base em nota técnica atuarial para garantir a suficiência das Provisões de Prêmios Não Ganhos na cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando o valor esperado de indenizações e despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer referentes aos riscos vigentes na data base de cálculo. A aplicação da metodologia definida na respectiva nota técnica atuarial não resultou em provisão

a constituir em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Provisão Complementar de Prêmios (PCP)

A Resolução CNSP nº 162/06, em seus artigos 5º e 21º, com alterações introduzidas pela Resolução CNSP nº 181/07, estabeleceu a obrigatoriedade de constituição de uma provisão técnica denominada Provisão Complementar de Prêmios - PCP. A PCP deve ser calculada "pro rata die", tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido, e as contribuições retidas ou prêmios líquidos recebidos. O seu valor será a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês da constituição e a PPNG ou a PRNE constituída naquele mês e no mesmo ramo, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, Previdência complementar

As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente, por e sob responsabilidade de atuário legalmente habilitado, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA).

Provisões matemáticas de benefícios a conceder e de benefícios concedidos

Representam o valor presente dos benefícios futuros, estimados com base em pressupostos atuariais e taxas de juros quando for o regime financeiro de capitalização. A provisão matemática de benefícios a conceder refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada enquanto que a provisão matemática de benefícios concedidos refere-se àqueles cuja percepção dos benefícios já foi iniciada.

As provisões que estão vinculadas aos seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundo de investimentos especialmente constituídos (FIEs).
▶ Provisão de Riscos Não Expirados (PRNE)

É calculada para os planos de morte e invalidez de previdência e seguros de vida individual pelo método "pro rata die", com base nas contribuições e prêmios líquidos emitidos no mês, quando for o regime financeiro de repartição, e tem por objetivo provisionar a parcela de contribuições e prêmios, correspondente ao período de risco a decorrer, contado a pártir da data base de cálculo. A provisão de riscos não expirados para riscos vigentes e não emitidos (PRNE-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de contribuições e prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos, mas ainda não emitidos e é calculada com base em nota técnica atuarial. ▶ Provisão de Insuficiência de Contribuições (PIC)

É constituída quando constatada insuficiência dos prêmios ou contribuições nos planos de seguros de vida individual e previdência estruturados no regime financeiro de capitalização, repartição de capitais de cobertura e repartição simples, sendo obtida pela diferença apurada, se positiva, entre o cálculo das provisões matemáticas de benefícios a conceder (PMBAC), de benefícios concedidos (PMBC) e da provisão de riscos não expirados (PRNE) utilizando premissas atuais para a tábua de mortalidade (BR-EMS masculino), e a persistência esperada e a tábua contratual do produto.

 ▶ Provisão de Oscilação Financeira (POF)
 Tem por objetivo evitar eventuais insuficiências futuras e ainda o reconhecimento antecipado de resultados futuros provenientes tanto do descasamento do índice de atualização monetária de remuneração, quanto das taxas de juros garantidas nas provisões matemáticas dos planos de previdência complementar. ▶ Provisão de Resgates ou Outros Valores a Regularizar (PROVR)

Abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de contribuições ou prêmios e às

portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora receptora. ▶ Provisão de Excedentes Financeiros (PEF)

É constituída para os planos de previdênciá, seguros de vida individual e seguros de vida com cobertura por sobrevivência que concedem aos participantes garantia mínima de rentabilidade e crédito de parcela dos rendimentos que excedem os juros e/ou à atualização monetária garantidos nos planos, conforme estabelecido em cada contrato. As provisões técnicas relacionadas aos seguros do ramo DPVAT são registradas com base em informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.

f) <u>Custos de aquisição diferidos</u>
De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aspectos regulatórios do setor, somente as comissões e

certos custos originados de contratos são diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices. As despesas de comercialização são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 334, anexo I, item 15, a Seguradora recalculou o prazo médio de permanência dos clientes da carteira de previdência e de seguros de vida, sendo, o prazo de diferimento dos custos de aquisição diferidos de 48 meses para previdência e seguro de vida individual e 12 meses para os seguros de vida em grupo

g) <u>Reconhecimento de sinistros, benefícios e despesas</u>
Os sinistros decorrentes dos ramos de seguros de acidentes pessoais coletivos, vida em grupo, prestamista, renda de eventos aleatórios, acidentes pessoais individuais, DPVAT, vida individual e perda de certificado de habilitação incluem todos os eventos que ocorrem durante o exercício, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de exercícios anteriores. h) Imóveis destinados à renda

Os imóveis destinados à renda (propriedades para investimento) estão apresentados pelo valor reavaliado constante de laudo de avaliação em 30 de abril de 2006.

Terrenos e edificações compreendem escritórios de propriedade da Seguradora. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico mais reavaliação, menos depreciação acumulada, o custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens

A Seguradora optou por manter até sua realização o saldo de reserva de reavaliação de imóveis existente em 1º de janeiro de 2008, conforme permitido pelo CPC 13, Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens substituídos é baixado. Todos

os outros reparos e as manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores

Edificações Equipamentos de informática e telecomunicação

residuais durante a vida útil estimada e, como segue:

Móveis, máquinas e utensílios Veículos

5 anos 10 anos 5 anos

25 anos

j) <u>Intangível</u> O intangível refere-se: (a) aos gastos com desenvolvimento de sistemas cuja amortização se dará linearmente pelo prazo de cinco anos quando da entrada em funcionamento do sistema em desenvolvimento; e (b) ao valor pago, em 28 de maio de 2009, conforme os termos firmados no Instrumento de Transferência de Carteiras de Produtos









CNPJ N° 33.608.308/0001-73

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

de Riscos Individuais e de Vida em Grupo, celebrado em 12 de agosto de 2005 com a Icatu Hartford Seguros S.A. e aditado em 20 de março de 2006, devidamente aprovados pela SUSEP, e registrado como "Ágio na Transferência de Carteira", no valor de R\$ 15.668. O saldo está sendo amortizado pelo método linear em 48 meses, conforme a expectativa de permanência média da carteira

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

► É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;

► A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;

▶ O software pode ser vendido ou usado;

Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros;

▶ Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;

O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. k) Recuperabilidade de ativos financeiros

Por ocasião de encerramento de balanço, a Seguradora avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativo financeiro, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperabilidade do ativo são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos I) Átivos contábilizados ao custo amortizado

Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas mas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

A Seguradora inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto com relação à perda de valor recuperável. Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do balanço. Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios de seguros e contribuições de previdência a receber

nesta categoria. A provisão para redução do valor recuperável sobre prêmios e contribuições a receber é constituída com base em estudo técnico pela área atuarial que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência da Companhia aplicados a percentuais estipulados.

Se, em período subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno.

m) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o

imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade

de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida. n) Passivos financeiros - financiamentos

Ós passivos originados de financiamentos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos e transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo financeiro.

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem parcela substancial dos riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos, são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro. Os bens objeto desses contratos são reconhecidos como ativos e depreciados pelas taxas de depreciação

aplicáveis a cada grupo de ativo. As obrigações decorrentes dos contratos de arrendamento financeiro são apresentadas no passivo e os encargos

financeiros são apropriados ao resultado ao longo prazo das operações. o) Teste de adequação de passivo

Conforme requerido pelo pronunciamento CPC 11, em cada data de balanço, a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data base. O teste deverá avaliar as obrigações decorrentes de contratos e certificados de seguros e planos previdenciários durante o período de vigência das apólices e término de cobertura dos contratos vigentes.

Dessa forma, deverão ser avaliadas as obrigações decorrentes dos contratos e certificados cuja vigência tenha se iniciado até a data base do teste, excluindo-se, ainda, os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT, DPEM e SFH/SH e os planos com estrutura meramente financeira, durante o prazo de diferimento, que prevejam benefícios exclusivamente sob forma de renda certa.

O teste tem por finalidade verificar se os passivos relacionados aos contratos de seguro estão adequados, isto é, se o montante dos valores provisionados deduzidos das Despesas de Comercialização Diferidas (DCD) e dos ativos intangíveis relacionais (AIR) é compatível com as estimativas correntes de fluxo de caixas futuros. Caso o resultado do teste aponte algumà insuficiência, esta deverá ser reconhecida diretamente no resultado mediante ajuste nos valores contabilizados de provisões técnicas.

A Seguradora elaborou metodologia que representa a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros que também incluem as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros. Os cálculos foram realizados pela Companhia brutos de resseguro utilizando como premissa de sobrevivência e morte a tábua biométrica BR-EMS e para premissa de invalidez 70% da tábua Álvaro Vindas. Utilizou-se o modelo de Nelson, Siegel e Svensson para a estrutura a termo da taxa de juros livre de risco, com fatores obtidos através da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponível no mercado financeiro brasileiro. A taxa de juros contratada para os ativos está adequada com o que foi contratato para os passivos. Os contratos foram agrupados conforme estabelecido na regulamentação vigente, de acordo com a Circular nº 410 de 22 de dezembro de 2010.

Os testes de adequação de passivos de 31 de dezembro de 2011 e 2010 indicaram que as provisões constituídas nesta data base, deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco, não havendo necessidade

de ajuste nas provisões da Seguradora.

p) <u>Outras provisões, ativos e passivos contingentes</u>
Segundo o CPC 25, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que umá saída de recursos seja necessária para líquidar a obrigação Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão

As ações são classificadas de acordo com as perspectivas de perda da Seguradora em "provável", "possível" ou Durante o exercício de 2011, a Administração revisou os critérios de provisão para ações relacionadas a sinistros

e benefícios, dando tratamento contábil prospectivo aos efeitos dessa modificação, por se tratar de uma mudança de estimativa contábil. Anteriormente eram provisionadas apenas as causas com probabilidade de perda provável A partir de 2011, as regras de provisionamento das ações relacionadas a sinistros e benefícios, para cada uma das classificações, foram desenvolvidas a partir de estudos estatísticos baseados no histórico de processos administrativos e judiciais da Companhia tendo em vista os resultados favoráveis e desfavoráveis.O resultado desse estudo indicou as seguintes perdas históricas, utilizadas no provisionamento. Esse histórico é monitorado e revisado anualmente: Perda provável

Perda remota

96% do valor em risco 51% do valor em risco 8% do valor em risco

No que se refere às ações de natureza trabalhista, tributária e cível não relacionada a sinistros e benefícios, apenas as ações com prognóstico de perda "provável" são objeto de provisionamento integral do valor em risco

Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações em curso são contabilizados na rubrica "depósito judiciais e fiscais" no ativo realizável a longo prazo. Os depósitos judiciais de natureza fiscal são atualizados monetariamente com base na variação da taxa do sistema especial de liquidação e custódia (SELIC). Os depósitos de natureza cível são atualizados monetariamente com base no índice da poupança. O valor da atualização é reconhecido na demonstração do resultado do exercício como receita financeira

 q) Benefícios a empregados Óbrigações de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios a empregados participantes, estruturados nas modalidades de contribuição definida (Plano de Benefícios Mongeral) e contribuição variável (Plano de Benefícios nº 3). Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição definida aquelé cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Entende-se por plano de benefício de caráter previdenciário na modalidade de benefício definido aquele cujos benefícios programados têm seu valor ou nível previamente estabelecidos, sendo o custeio determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição variável aquele cujos benefícios programados apresentem a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e

Para a determinação do passivo da Entidade é adotado o método de capitalização financeira. De acordo com o disposto no CPC 33, o método adotado para determinação das obrigações a serem reconhecidas no balanço da Patrocinadora é o do Crédito Unitário Projetado.

Não há ganhos e perdas atuariais para os planos de benefícios. Com relação ao plano de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para o Mongeral AEGON Fundo de Pensão,uma entidade separada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. O Plano de Benefícios Mongeral é estruturado na modalidade de contribuição definida, onde as provisões matemáticas se igualam aos saldos de conta formados pelas contribuições acrescidas do retorno de investimentos e os benefícios concedidos são estruturados financeiramente ou por percentual definido sobre o montante acumulado. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível r) Reconhecimento de receita

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que, a contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão das apólices. Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição diferidos são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado quando da emissão das respectivas apólices de seguro e diferidas para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos. As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice.

As contribuições para planos de previdência complementar e produtos Vida Gerador de Benefício Livre ("VGBL"; são reconhecidos pelo regime de competência, que, no caso das receitas de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, corresponde ao seu efetivo recebimento, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais, a partir de 2009, passaram a ser registradas pelo período de vigência do respectivo risco, independente do seu recebimento.

As receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, desde 2009, são registradas pelo período de vigência do respectivo risco, independente do seu recebimento.

Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos são calculados conforme metodologia definida em Nota

4. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

cyan magenta amarelo preto

a) <u>Avaliação de passivos de contratos de seguros</u>
Conforme permitido pelo pronunciamento CPC 11 - Contratos de Seguros, a Companhia aplicou as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil aos seus contratos de seguro. As provisões técnicas que representam os passivos de contratos de seguros dos ramos em que a Seguradora atua, são:

Seguros de vida e planos previdenciários com cobertura de risco
Para contratos de seguro dos ramos de seguros de vida e planos previdenciários com coberturas de risco, estimativas são feitas para o custo final esperado dos sinistros e eventos incorridos e a ocorrer, considerando a

parcela dos riscos vigentes ou que ainda não tenham sido extintos. No caso de sinistros e eventos já ocorridos, estima-se as parcelas de sinistros avisados e pendentes de liquidação (PSL ou PBAR) e dos sinistros ocorridos mas ainda não avisados (IBNR) na data do balanço. O custo final de

sinistros e eventos ocorridos é estimado utilizando técnicas atuariais de triângulos de run-off, conforme definido em Nota Técnica Atuarial. A principal premissa considerada pelas referidas técnicas é a de que experiência passada sobre sinistros e eventos da Companhia pode ser utilizada para projetar sinistros e eventos futuros e, assim, os custos finais dos sinistros. Desta forma, esses métodos extrapolam o comportamento de sinistros incorridos e avisados, custos médios

por sinistro e número de sinistros com base no comportamento observado nos exercícios anteriores e índices esperados de perdas O comportamento histórico de sinistros e eventos é analisado basicamente com base nos anos das ocorrências, podendo ser analisado em maiores detalhes por principal linha de negócio e tipo de sinistro e evento. Nenhuma premissa explícita é considerada sobre taxas futuras de inflação para sinistros e eventos ou de taxas de perdas; as premissas utilizadas são aquelas implícitas nos dados sobre comportamento histórico de sinistros e eventos nos

quais as projeções se baseiam. Julgamento qualitativo adicional é utilizado para avaliar a extensão em que tendências passadas podem não se aplicar no futuro (por exemplo, para refletir ocorrências únicas, mudanças em fatores externos ou de mercado, como comportamentos do público em relação aos sinistros e eventos, condições econômicas, níveis de inflação para sinistros e eventos, decisões judiciais e legislação, bem como fatores internos como composição de carteira, características da apólice e procedimentos para tratar sinistros e eventos) de forma a determinar o custo final estimado de sinistros e eventos considerados possíveis e prováveis, levando em conta todas as incertezas

envolvidas. Outra estimativa utilizada refere-se ao percentual de RVNE utilizado para o complemento das Provisões de Prêmios não Ganhos (PPNG) e Riscos não Expirados (PRNE). Este percentual é estimado considerando a relação entre a média dos prêmios não ganhos em atrasos observados e os prêmios comerciais retidos no mês de competência. de Insuficiência de Contribuições (PIC) e de Prêmios (PIP). O cálculo desta insuficiência considerado os fluxos projetados de recebimento de prêmios, pagamento de benefícios e sinistros e de persistência esperada em

metodologia prospectiva. A estimativa de mortalidade e de sobrevivência é feita através da tábua biométrica BR-EMS masculina Planos de seguros de vida individual e previdenciários com cobertura por sobrevivência

Os planos com cobertura por sobrevivência são estruturados no regime financeiro de capitalização e têm suas provisões matemáticas calculadas através de formulação matemática aprovada em suas notas técnicas atuariais. Uma possível insuficiência de estimativa na longevidade dos planos é avaliada no cálculo da Provisão de Insuficiência de Contribuição (PIC). O cálculo desta insuficiência considerado os fluxos projetados de recebimento de prêmios, pagamento de benefícios e de persistência esperada em metodologia prospectiva. A estimativa de mortalidade e de sobrevivência é feita através da tábua biométrica BR-EMS masculina.

b) <u>Custos de aquisição diferidos</u> Em atendimento à Circular SUSEP nº 334, anexo I, item 15, a Seguradora recalculou o prazo médio de permanência dos clientes da carteira de previdência e de seguros de vida, sendo, o prazo de diferimento dos custos de aquisição de 48 meses para previdência e seguro de vida individual e 12 meses para os seguros de vida em grupo.

c) <u>Avaliação da obrigação por benefícios a empregados</u>
O custo de planos de pensão/aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios são determinados utilizando avaliações atuariais. A avaliação atuarial envolve premissas sobre taxas de desconto, taxas esperadas de retorno sobre ativos, futuros auméntos salariais, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensões/ aposentadorias. Devido à natureza de longo prazo dos referidos planos, essas estimativas estão sujeitas a

incertezas significativas. d) <u>Provisão para recuperação de ativos de seguros, cosseguros e resseguros</u>
Essas provisões para <u>Previdência e Vida Individual são fundamentadas em análise do histórico de perdas</u> monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis

perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros, cosseguros e resseguros. Para os valores de prêmios a receber do ramo de Vida em Grupo, a provisão para recuperação é calculada de acordo com o critério de 60 dias determinado pela SUSEP. e) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado

consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros AAdministração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é

constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. g) <u>Impostos</u>
O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras

permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que

h) <u>Próvisões para contingências</u> A Seguradora está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolvidos, envolve considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a

obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação A Seguradora revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro a) Gestão de risco de seguro

O principal risco para a Seguradora nos contratos de seguro é o de que sinistros e pagamentos efetivos de benefícios a sua época não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, gravidade dos sinistros, benefícios efetivamente pagos e histórico de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Companhia é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos. A exposição de risco acima é reduzida por meio de diversificação em uma carteira de contratos de seguros, por

meio de seleção criteriosa e implementação de diretrizes sobre a estratégia de subscrição, bem como o uso de contratos de resseguro firmados junto ao ressegurador local IRB-Brasil Re S.A. e aos resseguradores admitidos Scor Global Life Americas e Hannover Rückversicherung AG. A Companhia adquire resseguro somente com resseguradores locais e admitidos, solventes, comprovadamente,

através das agências de classificação de risco listadas pela SUSEP e ainda atendendo ao índice mínimo de risco requerido em conformidade com as leis do país como parte do seu programa de redução de riscos. Atualmente possui cobertura de resseguro para todas as coberturas de sua carteira, cada qual com sua particularidade/regra de acordo com a necessidade (coberturas em que não possui relativa experiência) e/ou linha de negócio. O resseguro cedido é colocado em bases proporcionais e não proporcionais. Valores a recuperar junto as resseguradoras estão provisionados em linha com a provisão de sinistros a liquidar, e de acordo com os contratos de resseguro vigentes à época de cada evento. Apesar da Companhia apresentar contratos de resseguro, não está isenta das suas obrigações diretas frente aos detentores de apólices, existindo assim uma exposição de crédito em relação ao risco cedido, na extensão em que cada resseguradora não possa satisfazer suas obrigações assumidas por força dos contratos de resseguro.

Entre os produtos de seguros e previdência atualmente comercializados, destacam-se os produtos de risco da linha "Vida Toda" temporários de 5 a 20 anos, produtos com cobertura vitalícia, estruturados nos regimes financeiros de capitalização, repartição simples e de capitais de cobertura, pagos de forma única e sob a forma de renda. Existem ainda produtos voltados para a terceira idade e para policiais com taxas ajustadas aos perfis de risco, coberturas para funeral e serviços diversos.

No final do ano de 2010, a Mongeral AEGON lançou a sua linha de produtos Private Solutions direcionados aos clientes de alta renda, com taxação e subscrição diferenciadas por idade, sexo, tabagismo e índice de massa corpórea. Esta linha ainda conta com planos do tipo PGBL e VGBL.

Para a gestão dos riscos de seguros, a Mongeral AEGON revisa suas políticas de subscrição pelo menos uma vez ao ano. Em geral, elas são divididas em políticas de riscos individuais, riscos coletivos e produtos instituídos, havendo desdobramentos especiais para parcerias estratégicas. As políticas são elaboradas e revistas pela Superintendência Técnica através do acompanhamento sistemático do resultado dos produtos, nichos e carteiras. Há limites diferenciados de capital segurado por cobertura, região, ramo, idade e profissão. Estes documentos são aprovados pela diretoria executiva e pela Presidência da Seguradora.

Visando a melhor diversificação possível, a Seguradora tem aumentado sua opção de produtos e coberturas, a fim de explorar novos nichos e aumentar sua competitividade e penetração em todo o território nacional. Os principais ramos em que a Seguradora opera e seus indicadores de desempenho são:

	2011			2010			
		Índice de	Índice de		Índice de	Índice de	
	Prêmios	sinistra-	comissiona-	Prêmios	sinistra-	comissiona-	
Ramo	ganhos	lidade	mento	ganhos	lidade	mento	
Acidentes pessoais coletivos	19.941	4,19%	23%	22.142	25,81%	23%	
Acidentes pessoais individuais	6.819	40,84%	23%	2.558	35,44%	23%	
Auxílio funeral	3.256	38,67%	23%	-	0,00%	0%	
DPVAT	30.001	87,55%	1%	27.728	89,16%	1%	
Prestamista	1.844	17,90%	23%	1.679	53,83%	23%	
Habitacional	634	85,33%	23%	-	0,00%	0%	
Renda de eventos aleatórios	17.151	72,61%	23%	82	92,36%	23%	
Vida em grupo	47.227	45,24%	23%	52.476	46,03%	23%	
Vida individual	56.285	15,41%	23%	41.031	19,13%	23%	

Com relação a alguns riscos corridos pela Seguradora, há o risco de conversibilidade. Apesar da experiência de baixa conversibilidade em renda acompanhar a média do mercado, é possível que num médio prazo esta taxa possa aumentar. A Seguradora qualifica este risco como muito baixo, tendo em vista a carteira de produtos existente. Espera-se o mesmo impacto com relação à taxa de juros, tendo em vista o nível estimado para o longo prazo para cada um dos indexadores financeiros e a utilização de percentuais mais baixos já adotados por esta Seguradora em seus produtos.

A expectativa de aumento da longevidade é fato indiscutível no mundo inteiro. Por isto, a Mongeral AEGON acompanha o movimento mundial incrementando também a sua expectativa de longevidade, diminuindo assim sua exposição a este risco. A inflação é um risco bastante mitigado pela política interna de investimentos e gestão do casamento de ativos e passivos. Acompanham-se sistematicamente os impactos gerados nos excedente financeiros dos contratos de seguro. Porém, como poucos são os planos que o preveem e dado o baixo nível de conversibilidade, este é considerado como de baixo impacto.







CNPJ N° 33.608.308/0001-73

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

## Testes de sensibilidade

<u>Seguros</u>
Considerando-se um aumento de 2 p.p.(pontos percentuais), na sinistralidade, para cada ramo de atuação, em relação ao nível de sinistralidade obtida efetivamente no exercício pela Companhia e mantendo-se inalteradas outras variáveis operacionais, obtemos os seguintes impactos de redução no resultado e no patrimônio líquido:

		2011			2010	
		Efeito			Efeito	
	Sinistros	resultado	Efeito PL	Sinistros	resultado	Efeito PL
Prestamista	(44)	(0,30%)	(0,03%)	(42)	(0,32%)	(0,05%)
Renda de eventos aleatórios	(623)	(4,22%)	(0,46%)	-	0,00%	0,00%
Auxílio funeral	(63)	(0,43%)	(0,05%)	-	0,00%	0,00%
Acidentes pessoais coletivos	(42)	(0,28%)	(0,03%)	(275)	(2,07%)	(0,33%)
Perda certificado de habilitação de vôo	(30)	(0,20%)	(0,02%)	-	0,00%	0,00%
Doenças graves ou doenças terminais	(3)	(0,02%)	0,00%	-	0,00%	0,00%
Vida em grupo	(1.068)	(7,23%)	(0,79%)	(1.192)	(8,99%)	(1,41%)
Acidentes pessoais individuais	(139)	(0,94%)	(0,10%)	(45)	(0,34%)	(0,05%)
Total	(2.012)	(13,62%)	(1,48%)	(1.554)	(11,72%)	(1,84%)
<u>Previdência</u>						
Considerando se um desagravo de 2%	nac tayac da	mortalidada	da tábua utili	zada como o	vnoriôncia da	Companhia

Considerando-se um desagravo de 2% nas taxas de mortalidade da tábua utilizada como experiência da Companhia e uma diminuição da Persistência em 3%, tendo em vista a entrada de alguns grupos de Afinidade, com os quais não temos a experiência e sem que qualquer outra premissa tenha sido alterada, obtemos o seguinte impacto na provisão para insuficiência de contribuição (PIC), no resultado e no patrimônio líquido:

		Impacto na	Impacto na		Impacto no
	Variação na	provisão	provisão	Impacto no	patrimônio
2011	premissa	bruta	líquida	resultado	líquido
Mortalidade e Persistência	2% e 3%	96	96	0,65%	0,07%
		Impacto na	Impacto na		Impacto no
	Variação na	provisão	provisão	Impacto no	patrimônio
2010	premissa	bruta	líquida	resultado	líquido
Mortalidade e Persistência	2% e 3%	113	113	0,85%	0,13%
IA Disease de la Calife					

O risco de crédito consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes de eventual não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações financeiras, nos termos pactuados, ou de deterioração de suas condições creditórias (ratings).

► Controle do risco de crédito por meio da política de investimentos

Com o objetivo de administrar a exposição da Mongeral AEGON ao risco de crédito, possuímos uma política de investimentos onde priorizamos os investimentos em títulos públicos federais e um percentual reduzido em títulos de crédito com boa classificação de risco pelas maiores agências de classificação de risco.

O cumprimento da referida pólítica é acompanhado pelo departamento de Investimentos, que está subordinado à diretoria financeira da Mongeral AEGON. Nossa gestão de riscos de crédito é determinada segundo avaliações econômico-financeiras e regulamentares, sendo os recursos de caixa da Companhia e ativos financeiros investidos (ou reinvestidos) somente em contrapartes

com alta qualidade de rating de crédito. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia, com exceção dos títulos públicos federais e fundos de investimentos não exclusivos, distribuídos por rating de crédito fornecidos por agências

· ·				
Titulos Privados	Rating	Agência	2011	2010
CDB VOTORANTIM	AA+	Fitch Ratings	4.495	3.721
CDB DAYCOVAL	A+	Fitch Ratings	1.025	1.991
CDB BRADESCO	AAA	Fitch Ratings	-	5.888
CDB ABC BRASIL	AA-	Fitch Ratings	-	959
RDB UNICRED	A2	LF Ratings	501	-
LF ITAÚ	AAA	Fitch Ratings	1.017	-
DPGE BMG	A-	Fitch Ratings	4.908	-
DPGE CRUZEIRO DO SUL	BBB	Standard & Poor's	1.944	1.925
DEBÊNTURE ITAUPAR	AAA	Moody's	3.097	3.086
DEBÊNTURE TELEMAR	AAA	Fitch Ratings	2.476	-
DEBÊNTURE ELETROPAULO	AA+	Fitch Ratings	725	-
DEBÊNTURE VALE	AAA	Fitch Ratings	-	2.085
DEBÊNTURE BRMALLS	A+	Fitch Ratings	<u>-</u>	2.218
Total		•	20 188	21 873

renomadas de rating:

c) <u>Risco de liquidez</u>
O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos

ocupatos provietas dos compromissos assumidos. suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos.

Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos dos fluxos de movimentações financeiras esperados em vários cenários, avaliando-se de forma conservadora os limites mínimos de recursos líquidos a serem mantidos. Aliada a essa estratégia, são avaliadas as melhores opções de reinvestimento, de modo a maximizar os recursos disponíveis

A Seguradora tem por filosofia ser conservadora em seus investimentos priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros tendo como base suas obrigações com as contrapartes

## 6. Ativos financeiros

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

31 de dezembro de 2011:

	Sem vencimento	Até 1 mês	De 2 a 12 meses	De 13 a 24 meses	De 25 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado
Títulos para negociação	116.058	1.025	23.754	20.485	6.348	18.906	186.576	186.576
Títulos de renda fixa - privados								
Certificados de depósitos bancários	-	1.025	4.495	-	-	-	5.520	5.520
Recibo de depósitos bancários	-	-	501	-	-	-	501	501
Debêntures	-	-	3.097	-	725	2.476	6.298	6.298
Depósitos a prazo com garantia especial	-	-	1.944	4.908	-	-	6.852	6.852
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	1.017	-	-	1.017	1.017
Fundos de investimento	-							
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	19.504	-	-	-	-	-	19.504	19.504
Quotas de fundos de investimentos multimercado	14.433	-	-	-	-	-	14.433	14.433
Fundos especialmente constituídos								
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	14.560	-	8.286	22.846	22.846
Letras do tesouro nacional	-	-	13.717	-	-	-	13.717	13.717
Notas do tesouro nacional série b	-	-	-	-	5.623	-	5.623	5.623
Notas do tesouro nacional série c	-	-	-	-	-	8.144	8.144	8.144
Quotas de fundos de investimento	64.123	-	-	-	-	-	64.123	64.123
Operação compromissada	17.349	-	-	-	-	-	17.349	17.349
Outras aplicações	656	-	-	-	-	-	656	656
Outros(*)	(7)	-	-	-	-	-	(7)	(7) 2.575
Títulos disponíveis para venda	2.575			<u> </u>	-		2.575	2.575
Títulos de renda variável								
Ações de companhias de capital aberto	2.575	-	-	-	-	-	2.575	2.575
Títulos mantidos até o vencimento	<u> </u>			<u> </u>	-	120.988	120.988	136.980
Títulos de renda fixa - públicos	-	-	-	-	-			
Notas do tesouro nacional série CL	-	-	-	-	-	43.666	43.666	50.480
Fundos especialmente constituídos	-	-	-	-	-			
Notas do tesouro nacional série b	-	-	-	-	-	38.514	38.514	40.175
Notas do tesouro nacional série c	-	-	-	-	-	38.808	38.808	46.325
Total geral	118.633	1.025	23.754	20.485	6.348	139.894	310.139	326.131
31 de dezembro de 2010:								

Total geral	118.633	1.025	23.754	20.485	6.348	139.894	310.139	326.131
31 de dezembro de 2010:								
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 2 a 12 meses	De 13 a 24 meses	De 25 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado
Títulos para negociação	<u> </u>	75.084	2.634	15.686	21.157	17.433	131.994	131.994
Títulos de renda fixa - privados								
Certificados de depósitos bancários	-	2.949	2.634	8.901	-	-	14.484	14.484
Debêntures	-	-	-	3.087	2.084	2.218	7.389	7.389
Fundos de investimento								
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	-	24.054	-	-	-	-	24.054	24.054
Quotas de fundos de investimentos multimercado	-	11.654	-	-	-	-	11.654	11.654
Fundos especialmente constituídos								
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	2.024	-	2.024	2.024
Letras do tesouro nacional	-	-	-	3.698	-	-	3.698	3.698
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	17.049	15.215	32.264	32.264
Quotas de fundos de investimento	-	2.029	-	-	-	-	2.029	2.029
Operação compromissada	-	34.152	-	-	-	-	34.152	34.152
Outras aplicações	-	283					283	283
Outros (*)	-	(37)	-	-	-	-	(37)	(37) 3.369
Títulos disponíveis para venda	3.369		<u> </u>	<u>-</u>	<u> </u>		3.369	3.369
Títulos de renda variável								
Ações de companhias de capital aberto	3.369	-	-	-	-	-	3.369	3.369
Títulos mantidos até o vencimento			<u> </u>	<u>-</u>	<u> </u>	97.762	97.762	112.750
Títulos de renda fixa - públicos								
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	41.758	41.758	48.710
Fundos especialmente constituídos								
Notas do tesouro nacional		<u>-</u>		<u>-</u>		56.004	56.004	64.040
Total geral	3.369	75.084	2.634	15.686	21.157	115.195	233.125	248.113

O valor de Mercado das quotas de Fundos de Investimento Financeiro foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos. O valor de mercado dos títulos de renda variável foi obtido a partir do preço divulgado pela Bovespa.

Os títulos públicos federais, classificados como Mantidos até o Vencimento, foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos. Para fins de divulgação apresentamos o valor de mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

b) <u>Instrumentos financeiros derivativos</u>
Em 31 de dezembro de 2011, a Seguradora possuía em seus fundos de investimento exclusivos, contratos futuros de cupom cambial (DDI). Estas operações em aberto têm vencimentos em abril de 2012.
Os valores dos ajustes diários são contabilizados diariamente dentro do fundo de investimento especialmente

constituído. A posíção em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

Valor total

Futuro	Posição	<u>Referência</u>	<u>Vencimento</u>	Quantidade	<u>referência</u>	2011	2010	Objetivo		
DDI	Comprado	Dólar Americano	01/04/2011	20	USD 1.000	-	1.640	Hedge		
DDI	Comprado	Dólar Americano	01/04/2012	20	USD 1.000	1.867	1.595	Hedge		
A utilização de instrumentos derivativos, conforme prevê a legislação vigente, busca efetuar o hedge da carteira da										
Seguradora. No caso dos contratos futuros de DDI, a Seguradora busca minimizar os efeitos da variação do câmbio,										
do passivo relativo ao resseguro financeiro com a resseguradora Hannover.										
Onnroad	o doo inatruu	mantaa dariyatiyaa d	são coloulados e	diariamente e d	ivulgadaa nala DN	19E Da	laa da M	oroodorioo		

Valor de

e Futuros de São Paulo. Adicionalmente, é realizado o ajuste diário das posições, sensibilizando as cotas dos fundos da Seguradora. Todas as operações são negociadas e registradas no sistema de custódia daquela instituição. Em relação ao controle dos riscos, os mesmos são calculados diariamente através de métricas amplamente conhecidas e divulgadas no mercado (V@R,Tracking Error e Testes de stress), estabelecidas em mandatos de gestão e utilizando-se de ferramentas do The Bank of New York Mellon. c) <u>Hierarquia de valor justo</u>

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

► Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo; Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", cuja precificação é direta ou indiretamente observável;
 Nível 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

			2011			2010
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos para negociação	<u> 167.405</u>	<u> 19.171</u>	<u> 186.576</u>	<u>110.121</u>	21.873	<u>131.994</u>
Títulos de renda fixa - privados						
Certificados de depósitos bancários	-	5.520	5.520	-	14.484	14.484
Recibo de depósitos bancários	-	501	501	-	-	-
Debêntures	-	6.298	6.298	-	7.389	7.389
Depósitos a prazo com garantia especial	-	6.852	6.852	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	1.017	-	1.017	-	-	-
Fundos de investimento						
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	19.504	-	19.504	24.054	-	24.054
Quotas de fundos de investimentos multimercado	14.433	-	14.433	11.654	-	11.654
Fundos especialmente constituídos		-				
Letras Financeiras do Tesouro	22.846	-	22.846	2.024	-	2.024
Letras do Tesouro Nacional	13.717	-	13.717	3.698	-	3.698
Notas do Tesouro Nacional Série B	5.623	-	5.623	32.264	-	32.264
Notas do Tesouro Nacional Série C	8.144	-	8.144	-	-	-
Quotas de fundos de investimento	64.123	-	64.123	2.029	-	2.029
Operação compromissada	17.349	-	17.349	34.152	-	34.152
Outras aplicações	656	-	656	283	-	283
Outros	(7)	-	(7)	(37)	-	(37)
Títulos disponíveis para venda	2.575		<u>2.575</u>	3.369		<u>3.369</u>
Títulos de renda variável						
Ações de companhias de capital aberto	2.575	-	2.575	3.369	-	3.369
Títulos mantidos até o vencimento	<u>120.988</u>		<u>120.988</u>	97.762		97.762
Títulos de renda fixa - públicos						
Notas do Tesouro Nacional Série C	43.666	-	43.666	41.758	-	41.758
Fundos especialmente constituídos						
Notas do Tesouro Nacional Série B	38.514	-	38.514	56.004	-	56.004
Notas do Tesouro Nacional Série C	38.808		38.808			
Total geral	290.968	19.171	310.139	211.252	21.873	233.125

7. Garantia das provisões técnicas
O Banco Central do Brasil - BACEN -, através da Resolução nº 3.308, de 31 de agosto de 2005, e Resolução nº 4.026, de 27 de outubro de 2011, e a SUSEP, através da Resolução CNSP nº 226, de 06 de dezembro de 2010, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. A Seguradora apresenta as seguintes coberturas:

Provisões técnicas - seguros e previdência Exclusões	2011 304.442	<b>2010</b> 224.717
Provisões técnicas – resseguros	(10.030)	(6.986)
Direitos creditórios	(9.749)	(11.440)
Outras	(66.656)	(26.029)
Total das exclusões	86.435	(44.455)
Provisões técnicas para cobertura	218.007	180.262
Composição dos atívos vinculados à cobertura das provisões técnicas		
Quotas de fundos de investimentos	6.676	12.750
Quotas de fundos especialmente constituídos	209.773	130.134
Títulos de renda fixa – públicos	43.666	41.758
Ações de companhias abertas	-	3.369
Imóveis	5.920	4.721
Certificados de depósito bancário	5.473	14.484
Recibos de depósitos Bancários	501	-
Depósitos a prazo com garantia especial	6.813	-
Letras Financeiras do Tesouro	1.017	-
Debêntures	6.150	7.389
	285.989	214.605
Suficiência	67.982	34.343
A custódia destes títulos e valores mobiliários é exercida pela SELIC, pela CETIF	ou por instituiçã	es financeiras

8. Crédito das operações com seguros e previdência complementar

a) <u>Prêmios a receber de segurados</u>		
Composição dos créditos das operações com seguros	2011	2010
Prêmios a receber de segurados - emitidos	12.797	9.144
Prêmios a receber de segurados - não emitidos	2.261	107
Operações com seguradoras	205	265
Outros créditos operacionais	1.431	928
Total	16.694	10.444
Redução ao valor recuperável:		
Prêmios a receber de segurados	(4.845)	(2.048)
Total	(4.845)	(2.048)
Total	11.849	8.396
·	2011	2010
Aging de prêmios a receber de segurados - emitidos		
A vencer	4.285	2.802
De 1 a 30 dias De 31 a 60 dias	4.148 135	2.802
De 31 a 60 dias De 61 a 365 dias	133	-
Vencidos	8.512	6.342
De 1 a 30 dias	2.643	1.748
De 31 a 60 dias	698	641
De 61 a 365 dias Superior a 365 dias	3.096 2.075	3.023 930
Prêmios pendentes no final do exercício	12.797	9.144
A movimentação no exercício da provisão para redução de valor recuperável ref		
receber de segurados, está apresentada a seguir:		- p

receber de segurados, esta apresentada a seguir:	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2011 2.048
Constituições	4.628
Valores revertidos ou baixados Saldo em 31 de dezembro de 2011	(1.831) 4.845
	2010
Saldo em 31 de dezembro de 2009	353
Constituições	3.463
Valores revertidos ou baixados	(1.768)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.048







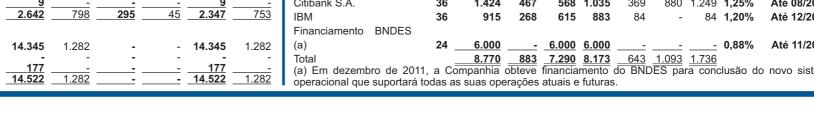
cyan magenta amarelo preto

CNPJ Nº 33.608.308/0001-73

	NOTAS E	XPLICATIV#	AS ÀS DEMO			NANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE es de reais)	2011 E 2010			`	
b) Valores a receber previdência complementar			20 <sup>-</sup>		2010			Provisão		Parcela	Provinče líquid
Composição dos créditos das operações com p Valores a receber Operações com repasse	revidência com	plementar	19.88	80	17.190 438	Vida individual		<u>de resse</u> 2011	2010 201	2010	Provisão líquid 2011 201
Total Redução ao valor recuperável Valores a receber			21.00	09	17.628	Provisão de riscos não expirados Eventos ocorridos e não avisados Provisão de benefícios a regularizar			976 <b>200</b> 3.034 <b>803</b> 1.900 <b>860</b>	<b>3</b> 285	<b>1.206</b> 83 <b>3.747</b> 2.74 <b>2.138</b> 1.70
Total			16.0	12	(3.557) 14.071 <b>2010</b>	Provisão matemática de benefícios a cor Provisão de oscilação de riscos	ceder	<b>18.322</b> 1	6.528		<b>18.322</b> 16.52
Aging de valores a receber A vencer De 1 a 30 dias			<u>12.3</u> 4		11.423 11.360	Provisão de excedente financeiro Outras provisões		1076	1.429 <u>896</u> 4.763 <b>1.86</b> 3	614	1.389 1.42 1.076 89 27.878 24.14
De 31 a 60 dias De 61 a 90 dias <b>Vencidos</b>			2	54 6	63 - 5.767	Prestamista Provisões de prêmios não ganhos		1.904	4 374		<b>1.904 15</b> 37
De 1 a 30 dias De 31 a 60 dias			1.30 1.23	09 37	1.303 885	Sinistros a liquidar Sinistros ocorridos e não avisados Provisão complementar de prêmios	_	15 403 <u>118</u>	213 <b>48</b> 92	2	355 20 118 9
De 61 a 365 dias Superior a 365 dias <b>Prêmios pendentes no final do exercício</b>			2.09 2.89 19.88	96 80	1.712 1.867 17.190	Dotal misto Provisão matemática de benefícios a cor	iceder	<b>2.440 23.919</b> 20	683 <b>48</b>	<u>10</u>	<b>2.392</b> 67 <b>23.919</b> 20.76
A movimentação no exercício da provisão para r receber de previdência complementar está apreser	edução de valor itada a seguir:	recuperável r	referente ao s	saldo de	valores a 2011	Provisão de benefícios a regularizar Sinistros ocorridos e não avisados		660 64	15 - <b>1</b> 1	-   -	<b>660</b> 1: <b>53</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2010 Constituições Valores revertidos ou baixados					3.557 6.042 (4.602)	ROVR Outras provisões	-	25	2.589 - - 3.369 11		3.925 2.58 25 28.582 23.36
Saldo em 31 de dezembro de 2011					4.997 2010	Habitacional Provisões de prêmios não ganhos Sinistros a liquidar		- 15	-		- 15
Saldo em 31 de dezembro de 2009 Constituições Valores revertidos ou baixados					2.536 5.008 (3.987)	Sinistros a liquidal Sinistros ocorridos e não avisados Provisão complementar de prêmios	-	128 <u>61</u>	- 15 	<u> </u>	113 <u>61</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010 9. Imóveis destinados à renda		2011			3.557 <b>Valor</b>	Auxilio funeral Provisões de prêmios não ganhos	-	<u>204</u> 110		<u> </u>	189 109
Terrenos destinados à renda Residencial Farol de Santa Marta	Custo 16.591	Reavaliação 264	Tot		<u>Mercado</u> 20.547	Provisão de riscos não expirados Sinistros a liquidar		- 125	37	 	- 3 <sup>°</sup>
Total	16.591	264 2010	16.85	55	Valor	Provisão de benefícios a regularizar Sinistros ocorridos e não avisados Provisão complementar de prêmios		32 252 87	47 - <b>43</b>	- - -	32 4 <sup>7</sup> 209 87
Terrenos destinados à renda Residencial Farol de Santa Marta	16.591	Reavaliação 264	16.8	55	<b>Mercado</b> 20.547	Outras provisões	- -	613	84 <b>4</b> 4		7 569 8
Estrada dos Bandeirantes Total Em fevereiro de 2011, o terreno localizado na Est	990 17.581 rada dos Bandei	5.515 5.779 rantes foi alie	23.36 nado no mont	<u>60</u> tante de	8.000 28.547 R\$ 8.000,	Doenças graves ou doença terminal Provisões de prêmios não ganhos Sinistros a liquidar		10 10	3 3		7 10
realizando a baixa da reserva de reavaliação no mo valor de R\$ 1.495 no resultado do exercício. Os valores de mercado dos imóveis destinados	ontante de R\$ 5.5 à renda (proprie	515, gerando u edades para i	m ganho resu	ıltante da	a venda no	Sinistros ocorridos e não avisados Provisão complementar de prêmios	-	13 1	- 2 		11 1
anualmente somente para fins de divulgação, confo 10. Imobilizado	orme requerido po	elo CPC 28.		epre-		Total b) <u>Demonstração dos custos de aquisição</u>	-	34 130.931 9	3 7.865 <b>5.583</b>	5.466	29 125.348 92.39
	depreciação 31	837 5.240			1/12/2011 837 6.880	Curto prazo			-	201 6.54	4.39
Equipamentos de informática e telecomunicações Móveis, máquinas e utensílios Veículos	20% 10% 20%	4.033 2.446 4		(295) 1.473) (361) (4)	3.961 3.158	Longo prazo  15. Desenvolvimento de eventos e sinis			=	9.22 15.76	10.19
Outras imobilizações Total	10%	123 12.683	1.422 5.831 (2	(175) 2.308)	1.370 16.206	A tabela de desenvolvimento dos sinistros sinistros pendentes e dos sinistros ocorrido A 1ª tabela demonstra a estimativa de	os e não avisad	os, para cad	da ano de ocor	rência, conf	orme segue:
Terreno para uso próprio	axa anual de depreciação 3	<u>1/12/2009</u> Aqu 796	Do uisições cia 41	epre- ições 31	<u>1/12/2010</u> 837	reservas de PSL e BAR (Pecúlio e Renda de ocorrência e em cada Balanço Patrim	as) e os sinistro	os ocorridos	e não avisad	os (IBNR), ¡	para cada períod
Edificações Equipamentos de informática e telecomunicações Móveis, máquinas e utensílios	4% 20% 10%	5.220 3.321 1.931	281	(261) 1.112) (282)	5.240 4.033 2.446	acumulados pagos até a data avaliada.  • A 2ª tabela demonstra os sinistros acum				período de	ocorrência;
Veículos Outras imobilizações	20% 10%	27 <u>91</u>	138	(23) (106)	4 123	TRIÂNGULO DE ESTIMATIVAS DE SINIS Ano de ocorrência Estimativa no ano	2007 23.402	<b>200</b> 8 22.042	2009 2 23.468	35.8	
Total 11. Intangível	= 31/12/2010	11.386	3.081 (´	1.784) <u> </u>	12.683 1/12/2011	Estimativa um ano após Estimativa dois anos após Estimativa três anos após	24.241 24.731 24.934	22.16 22.01 22.22	9 25.093		522 - -
Ágio (1) Desenvolvimento de software	9.466 16.100	11.996	(3.91		5.549 28.096	Estimativa quatro anos após Estimativa atual de sinistros incorridos	<u>25.240</u> <u>25.240</u>	22.22	-	38.0	622 <b>43.01</b>
Marcas e patentes Total	25.610 31/12/2009	11.996 Adições	(3.91) Amortizaçõe		33.689 1/12/2010	TRIÂNGULO DE PAGAMENTO BRUTO - Ano de ocorrência Pagos no ano	SEGUROS 2007 19.761	<b>200</b> 8	<b>8 200</b> 9 18.089		010 201 078 27.05
Ágio (1) Desenvolvimento de software Marcas e patentes	13.383 8.564 44	7.843	(3.91	17) 07)	9.466 16.100 44	Pagos até um ano após Pagos até dois anos após Pagos até três anos após	24.221 24.867 25.088	20.30 20.69 20.81	2 23.396 9 23.656	35.	
Total (1) Refere-se a ágio na aquisição de carteira, confo	21.991	7.843 nota 3.j.	(4.22	24)	25.610	Pagos até quatro anos após Sinistros pagos acumulados	25.208 25.208	20.81	23.650		
12. Obrigações a pagar			20°		<b>2010</b> 3.602	Ano de ocorrência Estimativa atual de suficiência % Suficiência da provisão líquida inicial	(1.806) (7,7%)	<b>200</b> 8 1.22 5,6%	3 (188	3)	<b>010 201</b> 124 3%
Fornecedores Dividendos a pagar Participação nos lucros a pagar			2.57 10.97	72 71	9.590	TRIÂNGULO DE ESTIMATIVAS DE SINIS Ano de ocorrência	TRO LÍQUIDO 2007	- SEGURO 200		92	010 <u>201</u>
Outras obrigações a pagar Total 13. Passivos de contratos de seguros e custos e	de aquisicão dif	eridos - previ	4.72 21.56	<u> </u>	4.879 18.071	Estimativa no ano Estimativa um ano após Estimativa dois anos após	19.917 20.891 21.247	18.96 19.16 19.06	3 21.970	33.	082 <b>35.97</b> 735
a) <u>Demonstração da movimentação das provisões</u>	técnicas no exerc Saldos em Co	<u>cício</u> onsti- Revers	sões/ Enca	argos S	aldos em	Estimativa três anos após Estimativa quatro anos após	21.457 21.763	19.27	1 -	- -	- 
Circulante Provisão de benefícios a regularizar Provisão de eventos ocorridos, mas não	11.719 14	3.002 (142	,	7.445	19.901	Estimativa atual de sinistros incorridos TRIÂNGULO DE PAGAMENTO LÍQUIDO		19.27		_	
avisados Provisão de resgates ou valores a regularizar Provisão de despesas administrativas			7.954) 5.044) (246)	- 112 -	11.087 5.819 430	Ano de ocorrência Pagos no ano Pagos até um ano após	2007 16.189 20.585	<b>200</b> 8 14.72 17.41	16.349	23.8	<b>010 201 366 22.55 5</b> 02
Total b) Demonstração da movimentação das provisões	29.470 16 técnicas no exerc	5.719 (165 cício	5.509)	7.557	37.237	Pagos até dois anos após Pagos até três anos após	21.215 21.436	17.80 17.92	3 20.720		- -
Não circulante Provisão matemática de benefícios concedidos	Saldos em 31/12/2010 tui 45.914 78	<u>ições</u> ba	sões/ Enca aixas <u>financ</u> 5.239)		1/12/2011 59.163	Pagos até quatro anos após Sinistros pagos acumulados Ano de ocorrência	21.556 21.556 <b>2007</b>	17.923 <b>200</b> 3			502 010 22.55
Provisão matemática de benefícios a conceder Provisão de insuficiência de contribuição Provisão de excedente financeiro			3.445) 7.708) (85)	4.911 - -	63.945 5.511 69	Estimativa atual de suficiência % Suficiência da provisão líquida inicial	(1.639) (8,23%)	1.049 5,49%	77	5 1.	580
Provisão de riscos não expirados Outras provisões Total	13	0.392 (9	9.357) (12)	- - 4.911 –	7.581 5 136.274	TRIÂNGULO DE ESTIMATIVAS DE SINIS Ano de ocorrência Estimativa no ano	TRO BRUTO -	(PECÚLIOS 2008 43.917	2009		110 198 <b>201</b> 198 <b>64.92</b>
c) <u>Demonstração da movimentação dos custos de s</u> 31/12/201	aquisição diferido Constit	os no exercício	mortização		1/12/2011	Estimativa um ano após Estimativa dois anos após Estimativa três anos após		43.917 42.430 43.251 42.572	49.065 48.216	50.2	
Curto prazo 7.58 Longo prazo 2.63	9 8	1.788 6.115	(4.837) (3.547)		4.540 5.206	Estimativa atual de sinistros incorridos TRIÂNGULO DE PAGAMENTO BRUTO -	(PECÚLIOS)	42.572	48.216		
14. Provisões técnicas e os custos de aquisição a) Demonstração da composição das provisões téc	nicas por ramo Provisão	o bruta	Parcela	D.	io li	Ano de ocorrência Pagos no ano Pagos até um ano após		<b>2008</b> 36.421 40.365	39.726 45.714	41.8	
Provisões acidentes pessoais coletivos de prêmios	2011		resseguro 011 2010 27 302	Provisã 2011 681	-	Pagos até dois anos após Pagos até três anos após Sinistros pagos acumulados	-	40.476 40.492 40.492	46.085	5 49.5	- 502 47.51
ganhos Sinistros a liquidar Sinistros ocorridos e não avisados	2.687 2.085	2.264 2	222 503 374 122	2.465 1.711	1.761 2.870	Ano de ocorrência Estimativa atual de suficiência % Suficiência da provisão líquida inicial		2008 3.425 7.8%	3.417	(1.4	<u>201</u> .04)
Provisão complementar de prêmios Vida em grupo	699 6.179	-	<b>4</b> - 927	695 5.552	5.692	TRIÂNGULO DE ESTIMATIVAS DE SINIS Ano de ocorrência	TRO LÍQUIDO	- PREV E V 2008	/I (PECÚLIOS)	20	010 201
Provisões de prêmios não ganhos Sinistros a liquidar Sinistros ocorridos e não avisados	1.245 6.933 4.854	10.135	61 76 65 3.703 871 22	1.184 6.868 3.983	6.432	Estimativa no ano Estimativa um ano após Estimativa dois anos após	_ <del>_</del> .	39.159 37.656 38.453	46.773 45.802	45.7 2 46.4	727 <b>60.22</b>
Provisão complementar de prêmios  DPVAT	834		<b>53</b> 28	781 12.816	106	Estimativa três anos após Estimativa atual de sinistros incorridos	-	37.81 <sup>2</sup> 37.81 <sup>2</sup>	<u> </u>		60.22
Sinistros a liquidar Sinistros ocorridos e não avisados	8.679	21.527 1.377	: :	17.726 8.679	1.377	TRIÂNGULO DE PAGAMENTO LÍQUIDO Ano de ocorrência Pagos no ano	- PREV E VI (F	<b>2008</b> 31.632	37.402	38.8	
Provisão de despesas administrativas  Renda de eventos aleatórios		22.957		72 26.477	22.957	Pagos até um ano após Pagos até dois anos após Pagos até três anos após		35.577 35.687 35.703	7 42.810 7 43.181 8	) 44.4  - -	166 - -
Provisões de prêmios não ganhos Sinistros a liquidar Sinistros ocorridos e não avisados	1.334 1.597 2.220	49 <b>7</b> 10 <b>3</b>	100 5 777 - 899 -	934 820 1.821	49 10	Sinistros pagos acumulados  Ano de ocorrência  Estimativa atual de suficiência	- 	35.703 <b>2008</b> 3.456	43.18 <sup>2</sup> <b>200</b> 9	20	10 201
Provisão complementar de prêmios  Perda certificado de habilitação de vôo	<u>50</u> 5.201		14	36 3.611	-	<ul><li>% Suficiência da provisão líquida inicial</li><li>Os resultados encontrados para cada an</li></ul>	o de ocorrênci	8,82% a dos sinist	5 7,68% ros demonstra	2,7 m que as p	6% provisões técnica
Provisões de prêmios não ganhos Sinistros a liquidar	49 146	35	8 10 -	41 146	-	constituídas no balanço patrimonial ence cobertura dos sinistros quando comparado 16. Empréstimos e financiamentos	errado ao final	de cada e	xercício apres	entam-se a	dequadas para
Sinistros ocorridos e não avisados Provisão complementar de prêmios	210 	3	25 24 2 1 35 35	185 12 384	2		2011 o Curto Long	10	2010 Surto Longo		
Acidentes pessoais individuais Provisões de prêmios não ganhos	351	115	<b>34</b> 9	317	106	Prazo Contrat Safra	_	-	_	Total Tax 55 1,289	
Provisão de benefícios a regularizar Sinistros a liquidar Sinistros ocorridos e não avisados	174 789 1.283	409	<b>49</b> - <b>59</b> 24 <b>51</b> 12	125 730 1.132	385	Bradesco S.A. 36 14 Itaú Unibanco S.A. 36 4	1 16	7 57 - 16	46 57 30 -	103 <b>1,44</b> 9	% Até 06/2013 % Até 12/2013
Provisão complementar de prêmios Outras provisões	36 9	<u>-</u>	2 - -	34 9	- -	Banco do Brasil S.A. 36 25 Citibank S.A. 36 1.42	4 467 56	00 182 68 1.035		215 <b>1,58</b> 9 1.249 <b>1,25</b> 9	% Até 08/201
Vida individual e vida com cobertura de sobrevivên - VGBL			<b>.95</b> 45	2.347	-	IBM 36 91 Financiamento BNDES		15 883	84 -	84 1,209	
Provisão matemática de benefícios a conceder Provisão de despesas administrativas Outras provisões	14.345 177	1.282 - 	· ·	14.345 - <u>177</u>	<u> </u>	(a) 24 <u>6.00</u> Total <u>8.77</u> (a) Em dezembro de 2011, a Companhi	0 883 7.29		643 1.093 BNDES para	1.736	do novo sisten
	14.522	1.282		14.522		operacional que suportará todas as suas o			para	uuau	3131511









19. Transações com partes relacionadas

# MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ N° 33.608.308/0001-73

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

### 17. Provisões para contingências

 a) Descrição resumida das principais ações Fiscais

As causas com valores relevantes em que a Administração e os advogados que assessoram a Seguradora avaliam que a probabilidade de perda é provável somam o total de R\$ 478 e aquelas em que a probabilidade é possível ou remota somam o total de R\$ 17.140. Relativamente à COFINS são quatro causas, todas com probabilidade possível, com o total de R\$6.263, com fato gerador compreendido entre fevereiro de 1999 e março de 2004, onde a Seguradora pleiteia o direito de não recolher a contribuição, assim como a compensação do que foi pago indevidamente. Relativamente ao PIS, tratam-se de quatro causas com probabilidade possível, no total de R\$ 2.020, com fato gerador compreendido entre fevereiro de 1999 e março de 2004, onde a Seguradora pleiteia o direito de não recolher o tributo, assim como a compensação do que foi pago indevidamente. Relativamente à CSLL, referente a uma causa com probabilidade remota, com o total de R\$ 4.145, com fato gerador compreendido até março de 2004, período em que a Seguradora era uma entidade sem fins lucrativos e, portanto, pleiteia a inexistência de fato gerador

Existem 994 processos de natureza cível que estão em diversas fases de tramitação. Tais processos envolvem principalmente a discussão de pagamentos de benefícios e resgates de previdência complementar. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão para os casos classificados com probabilidade de perda provável, possível e remota, com base nos percentuais de perdas históricas da Mongeral para essas probalidades,- a qual está registrada nas rubricas "Reservas Técnicas" no montante de R\$ 23.145 (R\$ 10.269 em dezembro de 2010) e "Outros Passivos Contingentes - Contingências Cíveis", no montante de R\$ 2.277 (R\$ 1.182 em dezembro de 2010).

As ações trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-funcionários e por ex-prestadores de serviços que pleiteiam o vínculo empregatício. Essas ações encontram-se em diversas fases de tramitação, motivo pelo qual a previsão de desembolso fica prejudicada. O provisionamento é efetuado com base na classificação de risco de perda de cada ação

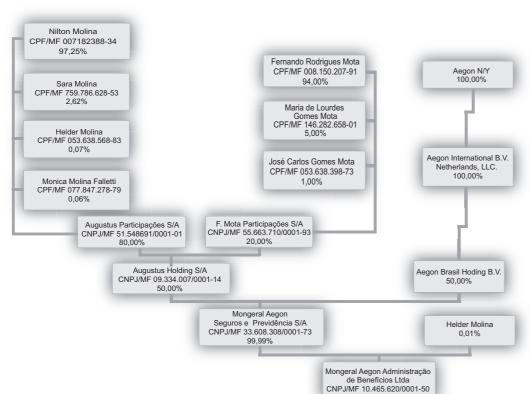
b) Detalhamento das provisõe	s para contingência	as por probabilidade	de perda				
	Contingências fiscais						
		2011		2010			
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor provisionado			
Provável	2	478	478	426			
Possível	68	12.984	-	-			
Remota _	2	4.156					
Total	72	17.618	478	426			
_		Contingênc	ias trabalhistas				
			2010				
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor provisionado			
Provável	9	244	244	482			
Possível	35	1.556	-	-			
Remota _	6	203					
Total	50	2.003	244	482			
		Contingé	èncias cíveis				
		2011		2010			
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor provisionado			
Provável	193	11.170	10.815	11.451			
Possível	669	32.357	14.289	-			
Remota	132	4.712	318				
Total	994	48.239	25.422	11.451			
c) Movimentação das provisõe	es judiciais						
	20	11	20	10			

	2011			2010			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	<b>Trabalhistas</b>	Cíveis	
No início do exercício	426	482	11.451	406	358	15.582	
Constituições/reestimativas	27	(44)	19.826	_	398	1.962	
Liquidações	-	(196)	(6.179)	(5)	(310)	(6.440)	
Atualizações	25	<u>2</u>	324	<u>25</u>	<u>36</u>	<u>347</u>	
No final do exercício	478	244	25.422	426	482	11.451	
18. Patrimônio líquido							

a) Capital social Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social subscrito e integralizado da Seguradora é composto de

15.895.432 ações ordinárias sem valor nominal.
Foi homologado por meio da Portaria Susep/CGRAT nº 1.096, de 21 de maio de 2010, o aumento de capital social em R\$9.992, elevando-o de R\$50.196 para R\$60.188.

# ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO APÓS INCORPORAÇÃO "AEGON LTDA" MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A



b) <u>Dividendos</u>

De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro

10.828 Lucro líquido do exercício Constituição de reserva legal (542)Lucro base para determinação dos dividendos 10.286 Dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro base - 25% 2.572

foi ratificada pela Assembleia Geral Ordinária

exercício, até o limite de 20% do capital social, constituída no final de cada exercício social, e pela reserva de retenção de lucros, onde é transferido o saldo de lucros acumulados a cada ano, para posterior deliberação pela Administração.

os ativos que lhe derám origem são depreciados. A reserva de capital refere-se a reserva especial de ágio no montante de R\$ 35.815 oriunda da incorporação da

AFGON Brasil Holding Ltda., conforme mencionado na Nota 1

d) <u>Detainamento do Patrimonio Liquido Ajustado - PLA, margem de Solvencia e es</u>	<u>kigencia de capital</u>	
Descrição	2011	2010
Patrimonio líquido	128.082	84.488
(-) Participações societárias em sociedades financeiras e não financeiras	(962)	-
(-) Despesas antecipadas	(1.091)	(526)
(-) Intangível	(33.689)	(44)
Patrimônio líquido ajustado - PLA	92.340	83.918
Patrimônio mínimo necessário - por prêmio	26.689	21.437
Patrimônio mínimo necessário - por sinistro	18.490	<u> 15.141</u>
Margem de solvência (a)	26.689	21.437
Capital base - CB	15.000	15.000
Capital adicional de subscrição - CAS	23.018	20.293
Capital adicional de crédito - CAC	20.593	-
Capital adicional - CA	37.788	35.293
Capital mínimo requerido - CMR (CB + CA) (b)	52.788	35.293
Patrimônio líquido ajustado	92.340	83.918
(-) Exigência de capital - EC maior entre a (a) ou (b)	52.788	35.293
Suficiência de capital - R\$	39.552	48.625
Suficiência de capital (% da EC)	74 93%	137 78%

A Seguradora apurou o Capital Mínimo Requerido - CMR, considerando a data base de 31 de dezembro de 2011 utilizando em seus cálculos os fatores constantes dos anexos III, IV, V e VI da Circular SUSEP nº 355/2007 na forma divulgada na Resolução CNSP nº 158/2006, apresentando plena suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado

dos planos, devidamente aprovadas pelo órgão responsável, foram atendidos, e, constatou-se a necessidade de constituição da Provisão de Insuficiência de Contribuições no valor de R\$5.525. Quanto a Provisão de Insuficiência

de Prêmios não se verificou a necessidade de sua constituição. Foi constituída Provisão Complementar de Prêmios

conforme legislação vigente. Através da análise dos ativos e passivos da Seguradora, de acordo com os resultados da referida avaliação atuarial, cumpre-nos certificar que, em nossa opinião, as provisões técnicas constituídas estão adequadas ao cumprimento das obrigações atuais e futuras assumidas nos respectivos planos de benefícios. Este Parecer é parte integrante do Relatório Atuarial da Avaliação

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2012.

Luiz Claudio do Amaral Friedheim Diretor Responsável Técnico

Nelson Emiliano Costa Atuário Responsável Técnico - MIBA 1068

líquido, ajustado em consonância com a legislação em vigor. Em dezembro de 2011, a Administração propôs a distribuição do lucro calculado como segue:

Não houve antecipação de dividendos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Em 31 de dezembro de 2010 não foram propostos dividendos por inexistir intenção de distribuição. Essa proposta c) Reservas A reserva de lucros é composta pela reserva legal que é constituída por valor correspondente a 5% do lucro do

A reserva de reavaliação está apresentada líquida dos encargos tributários sendo realizada na proporção em que

d) <u>Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado - PLA, margem de solvência e e</u>	xigência de capital	
Descrição	2011	2010
Patrimônio líquido	128.082	84.488
(-) Participações societárias em sociedades financeiras e não financeiras	(962)	-
(-) Despesas antecipadas	(1.091)	(526)
(-) Intangível	(33.689)	(44)
Patrimônio líquido ajustado - PLA	92.340	83.918
Patrimônio mínimo necessário - por prêmio	26.689	21.437
Patrimônio mínimo necessário - por sinistro	18.490	15.141
Margem de solvência (a)	26.689	21.437
Capital base - CB	15.000	15.000
Capital adicional de subscrição - CAS	23.018	20.293
Capital adicional de crédito - CAC	20.593	-
Capital adicional - CA	37.788	35.293
Capital mínimo requerido - CMR (CB + CA) (b)	52.788	35.293
Patrimônio líquido ajustado	92.340	83.918
(-) Exigência de capital - EC maior entre a (a) ou (b)	52.788	35.293
Suficiência de capital - R\$	39.552	48.625
Suficiência de capital (% da EC)	74,93%	137,78%
A O I O I I I I I I I I I I I I I I I I	1 04 1 1	1 1 0044

A Seguradora efetua operações de resseguro com empresa integrante do grupo AEGON, as quais são realizadas em condições pactuadas entre as partes.

A principal operação com essa empresa compreende a operação de resseguro de planos de previdência privada e de seguros de vida com cobertura de risco, envolvendo o repasse de prêmios registrados na rubrica "Prêmios Resseguros Cedidos", recuperação de comissões registrados na rubrica "custos de aquisição" e recuperação de sinistros registrados na rubrica "Sinistros Retidos".

Adicionalmente, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia remunerou seus Administradores, os quais são representados pelos Diretores Estatutários e Membros do Conselho de Administração. Não existem outros benefícios concedidos aos Administradores.

Os saldos patrimoniais e de resultados decorrentes de transações com essas empresas e com os Administradores estão demonstrados a seguir:

 
 Ativo
 Passivo
 Receitas
 Despesas

 2011
 2010
 2011
 2010
 2011
 2010
 2011
 2010
 2011
 2010

 1.469
 1.007
 4.814
 3.508
 9.352
 3.645
 (11.724)
 (4.315)

 1.469
 1.007
 4.814
 3.508
 9.352
 3.645
 (18.638)
 (6.897)
 Partes relacionadas Transamérica Life Insurance Company Administradores 20. Imposto de renda e contribuição social

a) Encargos com imposto de renda (I.R.) e contribuição social (C.S.)
O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados comó despesas de imposto de renda e de contribuição social, como se segue:

	2011	2010
	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Resultado antes dos impostos e participações	28.508	33.780
Participação nos lucros	(7.496)	(10.002)
Base de cálculo	21.012	23.778
Alíquota nominal	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	8.405	9.511
Baixa de reserva de reavaliação	2.206	-
Receita de equivalência patrimonial	(316)	_
Incentivo fiscal	(280)	_
Outras adições	169	1.011
Despesa de imposto de renda e contribuição social registrado na demonstração		
do resultado	10.184	10.522
de l'odditade	101101	10.022
b) <u>Créditos tributários e provisão para tributos</u>	2011	2010
Ativo - créditos tributários e previdenciários		
Circulante		
Créditos tributários		
Antecipações	14.954	13.859
Outros impostos a compensar	737	325
Total	15.691	14.184
Não circulante		
Benefício fiscal gerado pela incorporação (Nota 17)	34.190	_
Imposto de renda e contribuição social diferidos diferenças temporárias ativas:	4.222	1.940
Provisão para devedores e duvidosos	3.910	1.940
Outras	312	-
Total	38.412	1.940
Passivo - provisão para tributos diferidos		
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos diferenças temporárias -		
Reserva de reavaliação	791	855
Total	791 -	855
21. Detalhamento das contas da demonstração de resultados		000
•		
a) <u>Sinistros ocorridos</u>	2011	2010

iotai		000
21. Detalhamento das contas da demonstração de resultados		
a) <u>Sinistros ocorridos</u>	2011	2010
Indenizações avisadas	(45.568)	(38.469)
Indenizações DPVAT	(20.617)	(19.214)
Despesas com sinistros	(3.638)	(2.541)
Despesas com benefícios	(64.378)	(47.622)
Recuperação de sinistros	1.193	2.540
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	(3.648)	(3.964)
Variação de eventos ocorridos mas não avisados	1.124	(5.109)
Total	(135.532)	(114.379)
b) Resultado com operações de resseguro	2011	2010
Repasse	(43.576)	(31.473)
Recuperação de sinistros	11.088	5.568
Total	(32.488)	(25.905)
c) Outras receitas e despesas operacionais - seguros	2011	2010
Possita som respondure sodide	2 472	2 022

Receita com resseguro cedido 1.721 (1.674) Receita com emissão de apólice 1.863 (1.751)Despesas com cobranca Despesas com adm. apólice/contrato (237)(155)Consorcio DPVAT (2.797)(1.695)Provisão para risco de créditos duvidosos (1.016)2011 (68.252 **2010** (62.739) d) Custos de aquisição - previdência e seguros Despesas de corretagem e agenciamento nesas de custeamento Despesas com servicos técnicos (505) (398)Consultoria comercial (5.150)(1.262)

(5.345) (1.354) (1.281) (1.227)Marketing Transporte de malotes (1.284) Treinamento e desenvolvimento (1.514)(2.045)(1.270) (95.236) (82.603) 2011 10.412 e) Outras receitas e despesas operacionais - previdência 2010 Serviço funeral 11.668 914 Receita com lucros na operação (IRB/ICATU) Receita operacional com ressegurador 2.809 2.271 1.269 (2.697) Receitas c/serviços de distribuição 1.608 (4.691)Processos judiciais Serviço funeral (1.952)(3.413) (3.797) (1.497) Serviços assistenciais Taxa de administração (3.881) (2.186) Prov. para riscos sobre valores a receber (1.440) Correspondente bancário Repasse de Comissão IRB/ICATU

791 (185)f) <u>Despesas administrativas</u> Pessoal próprio 2011 2010 76.098 (62.129) (14.792) (25.221) Serviços de terceiros 15.869 (20.285) Localização e funcionamento (2.118)Publicidade e propaganda (2.749)(524) (179) (571) (194) Despesas com donativos e contribuições Reversão iudicial (122) (238) (575) Jornais e revistas (218)(183) Publicações Multas Convênio DPVAT (2.016)(1.610)(137) (121.803) Outras (104.405) (618) (12.047) 2011 (560) g) Despesas com tributos **Impostos** 

(13.801)Taxa de fiscalização (658) (512 (45) (15.064) Outras (56 (13.233)**2010** 12.115 h) Resultado financeiro 2011 7.576 Títulos de renda fixa Receitas com fundos de investimentos 23.666 16.872 Despesas financeiras sobre provisões técnicas (20.135)(17.935)Oscilação cambial (54) 11.053 Outras 179 11.275 2011 791 i) <u>Resultado patrimonial</u> Ajuste de investimento em controlada 2010

22. Aposentadorias e pensões A Seguradora efetuou contribuições de R\$ 1.065 (R\$ 1.312 em 31 de dezembro de 2010) ao Mongeral Fundo de Pensão. Este plano possui benefícios de Aposentadoria na modalidade de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Seguradora, e de Renda por Invalidez e Pensão por Morte na modalidade de beneficio definido integralmente custeados pela Seguradora destinados a proporcionar complementação previdenciária. Esses valores estão contabilizados na rubrica "Despesas Administrativas". Como resultado da avaliação atuarial relativa ao plano de benefício definido, a Seguradora mantém provisão de R\$ 587 (R\$ 862 em 31 de dezembro de 2010), de acordo com os requerimentos da CPC 33, registrada na rubrica "Obrigações a Pagar".

Helder Molina - Diretor Presidente					
José Carlos Gomes Mota - Diretor	Osmar Navarini - Diretor				
Sergio Luiz Fernandes de Mello Junior - Diretor	Luiz Claudio do Amaral Friedheim - Diretor				
<b>Nelson Emiliano Costa</b> Atuário - MIBA Registro 1068	Cleide de Sant'Anna Pacheco Contador - CRC(RJ) 064.163/0-8				

# **PARECER ATUARIAL**

Campanha de venda

Contribuições

Despesas com serviços de terceiros

Amortização de ágio na transferência de carteira

De acordo com o disposto na Resolução CNSP Nº 135, de 11/10/2005, e na Circular SUSEP Nº 272, de 22/10/2004, foi realizada a Avaliação Atuarial dos Planos de Previdência Complementar Aberta e Seguros garantidos pela Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A, no período de 01/01/2011 a 31/12/2011. Foram adotados na avaliação em tela os critérios e os procedimentos técnicos usuais, bem como padrões de

razoabilidade quanto às premissas de cálculo, em consonância com o disposto na legislação em vigor e nas Notas Técnicas dos planos de benefícios avaliados.

Os recálculos das provisões técnicas, assim como os cálculos referentes aos demais itens da avaliação e as respectivas verificações tiveram por base as informações e os dados cadastrais, que depois de submetidos à crítica e à devida consistência, foram considerados adequados.

A Avaliação Atuarial foi elaborada separadamente por cada ramo ou plano/benefício da Seguradora, sendo analisada cada provisão técnica. Foram verificados que os critérios estabelecidos nas normas vigentes e nas bases técnicas

(306)

986

(3.657)

(832)

439

(954)

(359)

(1.460)

(2.073)(562)

<u>178</u>

(400)

(3.917)(3.526) (3.917)

(3.917)



CNPJ Nº 33.608.308/0001-73

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS

Ilmos. Srs. Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A.** Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações

financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Rio de Janeiro. 13 de fevereiro de 2012

**■ Ernst & Young Terco** 

Auditores Independentes S.S. CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Flávio Serpenante Peppe Contador CRC - 1SP 172.167/O-6 - S - RJ Roberto Martorelli Contador CRC - 1RJ 106.103/O-0